



Ata Nº: 4

Data: 06/06/2024

Local: Online

Horário: 11:00 – 11:40

Projeto: ESG - SIGMA

Tipo: Grupo Focal - Reunião de trabalho quinzenal

### Ordem de trabalhos

1. Ponto de situação
2. Apresentação dos resultados do inquérito submetido ao GF para definição das subáreas prioritárias e comentários.
3. Definição das subáreas de análise prioritárias do Eixo 1 - Governança
4. Próximos passos

### Participantes

Nome	Organização
Jorge Cerol	CESOP
Joana Abreu	CESOP
Tânia Correia	CESOP
Filipa Rodrigues	CESOP
Hélder Costa	Município de Braga
Leonor Gaspar Pinto	Município de Lisboa
Adalberto Barreto	Município de Lisboa
Paula Roque	Município de Lisboa
Beatriz de Almeida Santos	Município de Mafra
Elsa Severino	Município de Matosinhos
Ana Marta Silva	Município de Valongo

## Tópicos abordados

### Ponto 1 - Ponto de situação

- Elaborada a *checklist* para listagem de instrumentos. Modelo em vigor, até conclusão do projeto, aplicável a cada Eixo. Sendo o modelo instituído:

- 1) O instrumento existe na autarquia?
- 2) Grau de importância atribuída ao instrumento.
- 3) Campos aberto para agregação de informação adicional

- Sistema de votação desenvolvido e colocado na plataforma do CESOP-Local com intuito de facilitar a partilha de comentários e opiniões.

Enquadramento da presente reunião: A definição de cada Subárea não é universal e a que se considera vigente resulta da análise decorrente da revisão bibliográfica. A ordem de trabalhos do projeto prevê, primeiramente, a definição dos temas, seguida da caracterização das Subáreas.

Dado que o quadro de monitorização da dimensão Governança é diverso e adaptável à cultura organizacional local e regional, houve necessidade de eleger uma definição global dos temas (passível de atualização a qualquer momento). Importa agora destacar as primeiras subáreas a serem analisadas, de modo a investigar métricas e produzir indicadores.

### Ponto 2 - Apresentação e debate dos resultados do inquérito ao GF: Eixo 1 - Governança

Decorrente da revisão bibliográfica que originou a listagem das Subáreas do Eixo 1 - Governança, relembra-se que, na primeira análise, destacavam-se: **Bem-estar financeiro, Igualdade de género e Representação inclusiva**. As primeiras e expectáveis conclusões remetiam para a transversalidade de vários indicadores atribuídos às Subáreas: Igualdade de género, Tomada de decisão inclusiva e Participação da comunidade. Relativamente à Subárea Bem-estar financeiro, a monitorização da resiliência remete para vários modelos financeiros e respetivos documentos (também existentes em Portugal a nível subnacional). Mantém-se o foco na análise dos quadros e modelos recomendados para monitorização da área da governança, em articulação, também, com o setor privado, que tem desenvolvido bastante matéria nesta área.

Listagem das Subáreas:

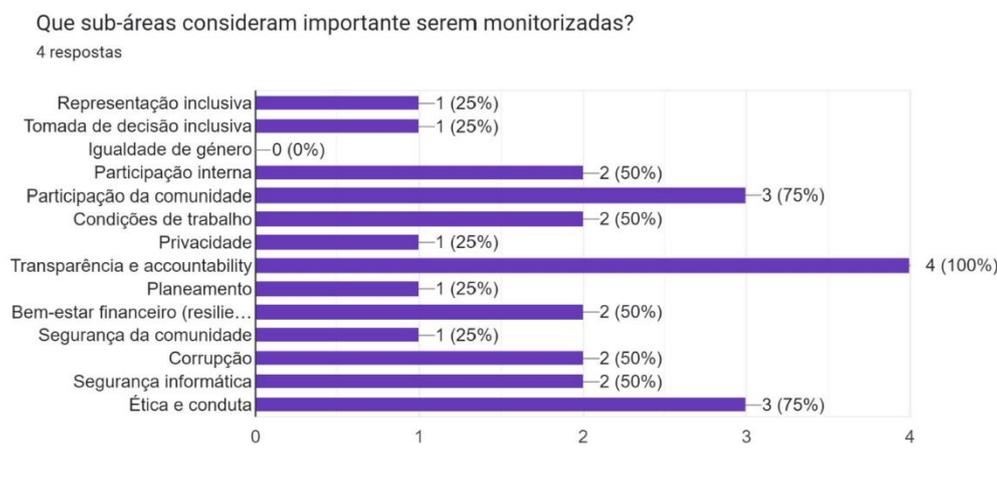
- **Representação inclusiva (etnias, identidade de género...)**
- **Bem-estar financeiro (resiliente) (gestão, independência financeira...)**
- **Igualdade de género**
- Tomada de decisão inclusiva
- Participação interna (no seio de organização: participação do/as eleito/as)
- Participação da comunidade (nas eleições autárquicas, nos orçamentos participativos...)
- Condições de trabalho (taxa afeta à mobilidade interna, grau de satisfação...)

- Privacidade (dados da organização, dados da comunidade...)
- Transparência e *accountability* (divulgação, reposta à comunidade...)
- Planeamento (estratégia, monitorização, revisão e implementação dos planos...)
- Segurança da comunidade (crime, proteção, apoio...)
- Corrupção
- Segurança informática
- Ética e conduta

Ponto 2 - Apresentação dos resultados do inquérito submetido ao GF para definição das subáreas prioritárias e comentários.

Foi o inquérito infra enviado ao GF em 17 de maio. À data, 4 respostas foram recolhidas. Junta-se resultado por meio de gráfico.

## GOVERNANÇA



Nota: Considera-se que a Igualdade de Género possa não ter merecido qualquer votação por ser lida à luz da Representação inclusiva e Tomada de decisão inclusiva.

De acordo com o resultado desta primeira votação, segue listagem atualizada segundo o grau de importância atribuído.

### 100%

- **Transparência e *accountability*** (divulgação, reposta à comunidade...)

### 75%

- **Participação da comunidade** (nas eleições autárquicas, nos orçamentos participativos...)
- **Ética e conduta**

### 50%

- **Participação interna** (no seio de organização: participação do/as eleito/as)

- **Condições de trabalho** (taxa afeta à mobilidade interna, grau de satisfação...)
- **Bem-estar financeiro** (resiliente) (gestão, independência financeira...)
- **Corrupção**
- **Segurança informática**

25%

- **Representação inclusiva** (etnias, identidade de género...)
- **Tomada de decisão inclusiva**
- **Privacidade** (dados da organização, dados da comunidade...)
- **Planeamento** (estratégia, monitorização, revisão e implementação dos planos...)
- **Segurança da comunidade** (crime, proteção, apoio)
- **Segurança informática**

0%

- **Igualdade de género**

#### Comentários:

Questionada a opinião do GF sobre estes resultados, levanta-se uma dúvida sobre a ótica de monitorização a considerar na definição das subáreas. A ótica é interna ou externa? Dá-se como exemplo a Subárea da Representação Inclusiva. Será monitorizada, por exemplo, a representação inclusiva dos trabalhadores no seio da organização? Ou a política de promoção inclusiva desenvolvida pela autarquia junto da população?

É reafirmado que o objeto de monitorização são os processos internos da autarquia face aos critérios ESG. Nesse sentido, sugere-se viabilizar a pergunta “Qual o impacto da subárea no seio da autarquia?” quando a dúvida surgir.

Destaca-se o grau de complexidade na eleição das subáreas prioritárias e ao facto de nos colocarmos tendencialmente no lugar de *stakeholder*.

Braga concorda com os destaques e justifica. Considera fundamental a “**Transparência e Accountability**” que articula os mais importantes processos para as autarquias locais e agentes públicos. As organizações têm de dar respostas e corresponder às expectativas dos cidadãos. “De que forma são anunciados os planos, as decisões estratégicas? Qual o seu impacto?”

Introduz o **conceito da Inovação Democrática ao abordar a “Participação da comunidade”**. Sendo função de uma autarquia desenvolver uma relação de proximidade com os munícipes (e seus colaboradores), refere a problemática “Como alcançar uma efetiva taxa de participação elevada e tornar os processos mais democráticos? (Braga candidatou-se à Capital da Democracia, ficando em segundo lugar. Ganhou Barcelona) Os processos formais nem sempre são otimizados e tampouco escolhidos os mais úteis. “Quando falamos de inovação democrática estamos a falar do quê e o que é preciso melhorar?” Nem sempre possibilitamos aos cidadãos os processos nos moldes mais adequados. Dá o exemplo das Reuniões de Câmara e Assembleias Municipais (AM). “Queremos continuar a ter um número reduzido de presenças em AM com uma duração de seis horas cujas conclusões ficam a aguardar pela AM Extraordinária?”

Em Braga, tal como nas restantes autarquias, existe a figura do conselho municipal, contudo há uns anos o município decidiu implementar a obrigatoriedade informal de cada pelouro ter um conselho seja ele de carácter consultivo ou estratégico e com ele reunir regularmente. (O Municipal

normalmente é uma obrigatoriedade nacional, o Consultivo parte da iniciativa de um vereador, o Estratégico do Presidente). Resultado, quando chegados a reuniões de CM ou AM, tendo o(s) tópico(s) sido previamente debatido(s) e acelerado o combate político, poupa-se tempo, desburocratiza-se e a iniciativa torna os conteúdos mais apelativos para o munícipe.

Por vezes, vigora a ideia de que a participação deve ser aberta a todos os quadrantes, contudo nem sempre é necessário. Saber escolher de que forma, quais e quando envolver os stakeholders poderá revelar-se mais eficaz.

A Representação inclusiva e a tomada de decisão inclusiva poderiam talvez agregar-se.

Sugere-se a leitura de um documento apresentado no Programa Avançado sobre Sustentabilidade e Liderança Local.

UN (2020) *Stakeholder engagement & the 2030 Agenda*

<https://sdgs.un.org/publications/stakeholder-engagement-and-2030-agenda-practical-guide-24556>

É de referir que a importância do Planeamento poderá estar a ser desvalorizado.

### Ponto 3 - Definição das subáreas prioritárias do Eixo 1 - Governança

Um versão reduzido do inquérito será enviada ao Grupo Alargado constituído por demais municípios, entidades de interesse público e setor privado. A auscultação irá naturalmente prosseguir, mas, consideram-se, para já, definidas como prioritárias as Subáreas:

- 1) Participação da comunidade
- 2) Transparência e *accountability*
- 3) Bem-estar financeira (resiliência)
- 4) Ética e conduta

Sublinha-se que todas as Subáreas são importantes, mas elegem-se as supra quatro primeiras para dar início a investigação de métricas e indicadores a elas associadas.

Paralelamente, um inquérito nacional sobre os ESG será em breve lançado.

## Próximos passos

- As reuniões do Grupo Focal passam a ser convocadas por convite Outlook
- 5ª Reunião de trabalho do GF fica agendada para dia 20 de junho, às 11 horas
- Os constituintes do GF que ainda não responderam ao inquérito sobre as subáreas a destacar, podem fazê-lo até ao dia 19 de junho: os resultados serão atualizados na 5ª reunião.
- O inquérito relativo ao levantamento de instrumentos de reporte da autarquia– Ata 2 - mantém-se ativo para quem ainda não respondeu.
- O GF aceita que as repostas decorrentes dos inquéritos sejam partilhadas na Dropbox.



- Envio do inquérito simplificado ao Grupo Alargado por e-mail e sua publicação em [www.cesop-local.ucp.pt](http://www.cesop-local.ucp.pt)
- Um inquérito nacional será lançado para os demais 302 municípios em data a anunciar.
- O CESOP-Local vai investigar indicadores relativos as 4 primeiras subáreas em destaque:
  - 1) Participação da comunidade
  - 2) Transparência e accountability
  - 3) Bem-estar financeira (resiliência)
  - 4) Ética e conduta
- O CESOP-Local mantém o foco na análise das práticas internacionais e análise dos instrumentos no setor público e privado
- A Ata 3 será divulgada em [www.cesop-local.ucp.pt](http://www.cesop-local.ucp.pt)